



Ao Juízo da 11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina/PR

Autos nº 0002981-77.2022.8.16.0044 de Recuperação Judicial

Auxilia Consultores Ltda., administradora judicial representada por Henrique Cavalheiro Ricci, ambos já qualificados nos autos em epígrafe, de Recuperação Judicial movida por **Genova Industria e Comércio de EPI LTDA. e outra.**, igualmente qualificadas respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, em atenção à intimação expedidas ao ev. 1557, para manifestar o que segue:

O despacho constante do ev. 1556 determinou a intimação desta Administração Judicial para se manifestar acerca do conteúdo do ofício encaminhado pela 2ª Vara do Trabalho de Apucarana/PR (ev. 1554), que comunica a instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica inverso nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0000755-36.2023.5.09.0133, visando à responsabilização solidária da sociedade empresária VS Indústria de EPI Ltda., com base na alegada existência de grupo econômico com as Devedoras. Neste contexto, o ofício solicita informações acerca de eventual conflito de competência entre os juízos.

Ademais, das peças encaminhadas constam informações sobre a transferência de maquinários pertencentes às Devedoras para a cidade de Rolândia/PR, em razão de contrato de locação firmado com a VS Indústria, fato que gerou questionamentos a respeito de eventual dilapidação ou ocultação patrimonial.

Em primeiro lugar, no que tange a eventual conflito de competência entre os juízos, cumpre esclarecer que a análise acerca da suposta formação de grupo econômico entre as Devedoras e a sociedade empresária VS Indústria de EPI Ltda. insere-se no âmbito de competência da Justiça do Trabalho¹. Ressalte-se, ainda, que eventual acolhimento

¹ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE UMA DAS EXECUTADAS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA SÓCIOS DE RESPONSÁVEL SOLIDÁRIA. 1. A decretação de falência ou recuperação judicial de uma das empresas executadas, em tese, não retira a competência da Justiça do Trabalho para exame da formação de grupo econômico entre a empresa falida e outras pessoas jurídicas, tampouco impede o redirecionamento da execução em face destas outras pessoas jurídicas não abrangidas pela decisão do Juízo falimentar e seus sócios, visando a satisfação do crédito através de coobrigados subsidiários/solidários na hipótese em que os efeitos da falência ou recuperação judicial não os tenham atingido. Observe que nessa situação não se confundem os bens da empresa de grupo econômico ou dos sócios com aqueles bens da sociedade falida ou em recuperação





do pedido de desconconsideração da personalidade jurídica no bojo da demanda trabalhista produzirá efeitos restritos àquele juízo, não afetando o regular trâmite desta RJ.

Feitos tais esclarecimentos, e em observância ao princípio da cooperação, cumpre destacar que a relação entre a Devedora Effe e a sociedade empresária VS Indústria de EPI Ltda. já foi objeto de análise por esta Administração Judicial nos evs. 1414 e 1553, além de ter sido abordada com maior profundidade no Incidente de Relatório Mensal de Atividades n.º 0009225-22.2022.8.16.0044, a partir da competência de outubro de 2024. Ressalte-se, inclusive, que aquele incidente contempla questões ainda pendentes de esclarecimento por parte das Devedoras, conforme consignado naquele feito.

Em suma, a referida relação contratual tem por fundamento um contrato de locação de maquinários (daí porque, em nosso sentir, inexistem indícios concretos de qualquer ato atentatório à integridade do patrimônio da Devedora, que segue sendo a titular destes), cujo deslocamento para o município de Rolândia/PR se deu, segundo informações prestadas pelas Devedoras, devido à maior disponibilidade de mão de obra qualificada na localidade, em contraste com a escassez registrada em Apucarana/PR.

Ademais, conforme pode-se verificar no Incidente de Relatório Mensal de Atividades n.º 0009225-22.2022.8.16.0044 (ref. ev. 146.2), esta Administração Judicial, por meio de visita técnica realizada à filial na cidade de Rolândia/PR, constatou, no mês de março de 2025, a efetiva presença dos maquinários anteriormente mencionados.

Diante de todo o exposto, esta Administração entende que, na hipótese em análise, não se configura qualquer situação apta a caracterizar conflito de competência entre o juízo da recuperação judicial e o juízo trabalhista, este que, S.M.J, segue sendo o competente para a análise da formação do pretenso grupo econômico.

Caso este d. Juízo comungue do entendimento ora exposto, sugere-se o

judicial. 2. Mantenho a decisão que acolheu o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, responsável solidária, para incluir no polo passivo os sócios .
(TRT-2 - AP: 1001082-25.2019.5.02 .0221, Relator.: THAIS VERRASTRO DE ALMEIDA, 17ª Turma)





encaminhamento da presente manifestação à 2ª Vara do Trabalho de Apucarana/PR, como resposta formal à solicitação de informações, em observância aos princípios da cooperação e da boa-fé processual.

Sendo o que nos cabia relatar, a Administração Judicial permanece à disposição de Vossa Excelência e das partes interessadas para a prestação de quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Maringá/PR, 5 de maio de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 39.939

